

CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA 607ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NIRE: 23300006178

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2018, às 10 (dez) horas, no auditório do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A., situada na Avenida Dr. Silas Munguba, 5.700, bloco C1-Térreo, Passaré, CEP 60.743-902 – Fortaleza/CE, realizou-se **reunião extraordinária** do Conselho de Administração, sob a Presidência do Sr. Jeferson Luis Bittencourt, e com as presenças dos Conselheiros Sr. Alan Gutierri Brasileiro de Sousa, Sr. José Lucenildo Parente Pimentel, Sr. Júlio Alexandre Menezes da Silva, Sr. Ricardo Soriano de Alencar, Sr. Romildo Carneiro Rolim e Sr. Sérgio Brilhante de Albuquerque Júnior, tendo como secretário “*ad hoc*” o Sr. José Andrade Costa, Chefe do Gabinete da Presidência. Contou ainda com a presença do Sr. Frederico Schettini Batista, Presidente do Conselho Fiscal, e dos Srs. Carlos Henrique Soares Nuto, Igor Montezuma Sales Farias, José Mario Vale, membros do Conselho Fiscal do Banco; Sr. Eduardo Wellichen e Sra. Marília do Nascimento Soares, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes, empresa de Auditoria Externa do Banco; do Sr. Manoel das Neves, coordenador do Comitê de Auditoria; Sr. Cleber Santiago e Sr. Carlos Donizeti Macedo Maia, membros do Comitê de Auditoria. Demais presenças: Sr. Perpétuo Socorro Cajazeiras (por meio de videoconferência em São Paulo), Diretor de Planejamento; Sr. Nicola Moreira Miccione, Diretor de Controle e Risco; Sr. José Macêdo Barbosa, Superintendente de Estratégia e Organização; Sr. Haroldo Maia Júnior, Superintendente de Auditoria; Sr. Welton Rodrigues Loiola, Superintendente Jurídico; Sr. José Alan Teixeira da Rocha, Superintendente de Controle Financeiro; Sra. Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros, Gerente do Ambiente de Contabilidade; Sr. Pedro Jorge da Rocha Carvalho, Gerente de Ambiente de Gestão Tributária; Sr. Luiz Eduardo Magalhães de Freitas, Gerente de Ambiente de Controladoria; Sr. Hildeberto Barroso Neto, Gerente de Ambiente de Planejamento. Constatada a existência de *quorum* para deliberação, declarou-se iniciada a reunião, passando o Conselho a examinar as seguintes matérias: **1. Proposta de Ação Administrativa 2018/955-014 - Relatório da Administração referente ao 1º semestre de 2018.** O Superintendente de Estratégia e Organização, Sr. José Macêdo, apresentou o Relatório de Administração referente ao 1º semestre de 2018, que contém informações complementares ao correspondente Balanço do 1º semestre de 2018, destacando-se nesse Relatório o volume de contratações com recursos do FNE no período, R\$ 12,3 bi, representando 93% a mais que o realizado em igual período do ano anterior. O Conselho de Administração aprovou referida proposta. Na ocasião, o Colegiado solicitou, para a próxima edição do Relatório, uma forma de avaliar a efetividade do Banco na execução de suas políticas públicas, com estudos de casos e dados complementares. O Diretor de Planejamento, Sr. Perpétuo Cajazeiras, informou que este documento já está sendo construído, podendo ser apresentado no mês de novembro de 2018. **2. Proposta de Ação Administrativa 2018/622-55. Demonstrações Financeiras (DFs) do Banco e do FNE, referentes ao 1º Semestre de 2018; Proposta de Distribuição de Dividendos e Pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos Dividendos Antecipados do Exercício; Informações Trimestrais (ITRs) do 2º trimestre/2018; Caderno de Desempenho Econômico-Financeiro; Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro do Banco e FNE; Estudo Técnico para Créditos Tributários; e Declaração dos Diretores sobre as DFs do Banco.** O Superintendente de Controle Financeiro, Sr. José Alan, apresentou as Demonstrações Financeiras do Banco e do FNE – 1º Semestre de 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as disposições da legislação societária, normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, como também a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais. **Proposta de Distribuição de Dividendos e Pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, Imputados aos Dividendos Antecipados do Exercício.** O Sr. José Alan, informou que conforme disposto no artigo 28, item XVI, do Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil S.A., cabe à Diretoria Executiva propor ao Conselho de Administração o pagamento de dividendos. O artigo 45, § 3º, do citado Estatuto Social, dispõe que depois de levantado o balanço relativo ao primeiro semestre, poderá ser pago,

a título de adiantamento por conta do dividendo do exercício e, na forma da lei, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado até então apurado. O § 8º do mesmo artigo, prevê que o valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração sobre o capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos. Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado no 1º semestre de 2018, foi proposto o pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante de **R\$ 53.536.884,39**, que corresponde a **25,08%** do Lucro-Base de Cálculo dos Dividendos e JCP, e representa uma distribuição de **R\$ 0,6198445865** por cada ação ordinária componente do Capital Social. **Informações Trimestrais (ITRs) do 2º trimestre/2018.** O Sr. José Alan apresentou o documento ITR, que contempla os quadros das Demonstrações Financeiras (DFs) do período, acompanhados do Relatório da Administração, Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Externa, que serão transmitidos, via Sistema Eletrônico, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em cumprimento à ICVM nº 480, de 07/12/2009. **Caderno de Desempenho Econômico-Financeiro.** O Sr. José Alan apresentou o Caderno de Desempenho Econômico-Financeiro que contempla informações contábeis e gerenciais do 1º Semestre de 2018. **Relatório do Desempenho Econômico-Financeiro do Banco e FNE – 1º Semestre de 2018.** O Sr. José Alan relatou o desempenho econômico-financeiro do Banco no 1º semestre de 2018. Informou que, ao final do mês de junho, os ativos globais do BNB apresentaram um acréscimo de 7,0% em relação a dezembro de 2017 e que nos ativos do Banco também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 19,4 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito daquele Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação (R\$ 6,5 bilhões). Em relação ao resultado, o superintendente informou que o Lucro Líquido apresentou redução de 22,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando um valor de R\$ 231,8 milhões, ante R\$ 298,0 milhões apresentados no primeiro semestre de 2017. Esse resultado teve como principais fatores: redução das receitas decorrentes de operações com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) em face da redução da SELIC; redução das rendas provenientes da taxa de administração do FNE; o decréscimo do volume de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD); e redução do resultado de tributos (IR/CSLL), em razão do critério de contabilização dos efeitos do Ativo Fiscal Diferido no resultado do 1º semestre de 2017, procedimento esse que foi revisto, passando a impactar o PL a partir do segundo semestre de 2017. Em seguida, detalhou esses fatores, relacionando as principais variações que influenciaram o resultado do 1º semestre de 2018, em comparação com o primeiro semestre de 2017: **Receitas da Intermediação Financeira:** (a) Receitas de Operações de Crédito: Redução de 1,9% (R\$ 931,5 milhões em junho de 2018; R\$ 949,8 milhões em junho de 2017) explicada pela redução da carteira; (b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários – redução de R\$ 415,5 milhões (23,6%) nas receitas, explicado predominantemente, pela queda na taxa SELIC (jun/18: 6,4% a.a.; jun/17: 10,15% a.a.); (c) Resultado de Operações de Câmbio – incremento de R\$ 157,5 milhões (R\$ 220,0 milhões no final de junho 2018, contra R\$ 62,5 milhões no mesmo período de 2017), relativos às receitas de correção cambial dos ativos em moeda estrangeira, de encargos de operações de crédito de exportação e de tarifas por conta da alta do dólar norte-americano no primeiro semestre; **Despesas da Intermediação Financeira:** (d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)– decréscimo de 40,5%, na ordem de R\$ 152,3 milhões (R\$ 224,1 milhões no primeiro semestre de 2018, contra R\$ 376,4 milhões no primeiro semestre de 2017), em decorrência da estabilização dos índices de inadimplência mediante o acompanhamento sistemático das provisões nos diversos níveis institucionais, iniciados em 2016, da redução da carteira de crédito e das liquidações e renegociações de dívidas com base na Lei nº 13.606/2018 (prorrogação da Lei nº 13.340/2016); **Outras Receitas/Despesas Operacionais:** (e) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias - As receitas de prestação de serviços foram de R\$ 1,2 bilhão, enquanto as rendas de tarifas foram de R\$ 36,4 milhões, registradas no primeiro semestre de 2018. O conjunto dessas rendas foi superior (2,3%) ao alcançado no primeiro semestre de 2017, contudo a receita de taxa de administração do FNE sofreu redução de

R\$ 46,6 milhões; **(f)** Despesas de Pessoal – elevação de R\$ 26,4 milhões (2,9%), explicada, principalmente, pelo efeito líquido do aumento nos custos de serviço do Plano Natural (Camed), tendo em vista a alteração do percentual de contribuição social de 1,5% para 2,5%; **(g)** Outras Despesas Administrativas – registrou acréscimo de R\$ 35,3 milhões (5,9%), especificamente, em função dos custos operacionais do Crediamigo e Microcrédito Rural e dos serviços de Propaganda, Publicidade e Publicações; **(h)** Outras Receitas Operacionais – elevação de R\$ 93,5 milhões (10,9%), explicada, principalmente, pelas receitas de Recuperação de Valores Honrados que teve acréscimo de R\$ 103,1 milhões, em parte pelo efeito das liquidações e renegociações de dívidas de crédito rural previstas na Lei nº 13.606/2018; **(i)** Outras Despesas Operacionais: Risco com Operações do FNE – as despesas com o passivo contingente do FNE chegaram a um total de R\$ 406,8 milhões (ante R\$ 391,8 milhões no primeiro semestre de 2017), essa elevação se deu pelo crescimento da carteira de crédito; e despesas com remuneração do Instrumento de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP) que totalizaram R\$ 65,9 milhões no semestre atual.

Imposto de Renda e Contribuição Social: **(j)** A carga tributária total do Banco de IRPJ/CSLL, que no 1º semestre de 2017 havia representado uma receita de R\$ 30,5 milhões, totalizou, ao final de junho de 2018, despesa de R\$ 193,0 milhões. Ressalta-se que o resultado positivo de tributos no primeiro semestre de 2017 foi decorrente de contabilização dos efeitos da avaliação do Ativo Fiscal Diferido, por conta do estoque de provisões para benefício pós-emprego, relacionado ao Plano de Saúde, procedimento esse que foi revisto no final do mesmo exercício, passando a impactar o PL e não somente o resultado. Terminada a apresentação dos principais fatores que influenciaram o resultado do primeiro semestre de 2018, salientou que, com o desempenho obtido, o Índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo - considerando o capital para cobertura do RBAN) ficou em 14,78% ao final de junho de 2018, frente a uma exigência de 8,625% e Adicional de Capital Principal (ACP) de 1,875%. O Patrimônio de Referência (PR) foi de R\$ 6.551,0 milhões, contra R\$ 6.300,0 milhões em 31/12/2017. Os índices de Capital Principal e de PR Nível I ficaram, ambos, em 10,27%, frente às exigências de 4,5% e 6,0%, respectivamente, e ACP de 1,875%.

Estudo Técnico para Créditos Tributários. O Sr. Alan apresentou o Estudo Técnico para Créditos Tributários sobre diferenças temporárias relativamente às Demonstrações Financeiras encerradas em 30/06/2018. Informou que o estudo técnico está em conformidade com o art. 1º, II, da Resolução CMN nº 3059, de 20.12.2002 e suas alterações posteriores. Encerrou a apresentação registrando que a realização de créditos tributários pelo Banco no 1º Semestre de 2018, no montante de R\$ 44,0 milhões (Constituição de R\$ 64,1 milhões no primeiro semestre de 2017) é plenamente justificável pela observância dos requisitos na legislação do BACEN e Conselho Monetário Nacional, bem como em função do histórico de lucratividade da Instituição e dos resultados futuros favoráveis, além de ser um procedimento eficaz para mensuração dos resultados societários e para a justa remuneração dos seus investidores.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras do Banco. Por fim, foi apresentado o texto da Declaração de concordância com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2018, a ser assinada pelos Diretores, em atendimento ao artigo 25, da ICVM Nº 480. Após as apresentações, e considerando as manifestações do Comitê de Auditoria e da Auditoria Independente, o Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à Proposta de Ação Administrativa 2018/622-55, destacando a tempestividade das informações recebidas. O Sr. Manoel das Neves, representando o Comitê de Auditoria, indicou que tal Colegiado revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e relatório de administração e concluiu que estão em conformidade com a legislação aplicável. O Sr. Frederico Schetini, Presidente do Conselho Fiscal, em nome do Colegiado, informou que as demonstrações contábeis apresentadas refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco. Manifestou-se ainda, favorável às propostas de Distribuição de Dividendos para pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio e do Estudo Técnico para Créditos Tributários. Por fim, o Sr. Eduardo Wellichen, representante da E&Y Auditores Independentes,

apresentou opinião sem modificação acerca das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do 1º semestre de 2018. **3. Relatório do Comitê de Auditoria.** O Coordenador do Comitê de Auditoria, Sr. Manoel das Neves, fez os seguintes comentários quanto ao relatório: i) Os controles internos do Banco mantêm-se, de forma geral, eficazes e adequados tendo em vista o porte e complexidade dos negócios do Banco; ii) Nota-se evolução na construção de uma efetiva cultura de controles e integridade, com avanços na política de conseqüências o que pode ser comprovado pela evolução contínua dos Índices Médios de Conformidade dos produtos - IMC; iii) Observa-se a necessidade de uma avaliação sobre o escopo e a atuação da segunda camada de defesa, no que se refere às ações de controle interno, com vistas a se alcançar efetiva coordenação corporativa do acompanhamento do sistema de controles internos como um todo, inclusive das ações de melhoria já identificadas internamente e por órgãos de fiscalização e controle; iv) Verifica-se também a necessidade de maior aprimoramento do ciclo “inventário de processos – identificação de processos críticos – identificação de riscos – estabelecimento de pontos de controle”; v) As auditorias Internas e Externas desempenham suas funções com independência; vi) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com os requerimentos legais aplicáveis. O Conselho de Administração tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, cuja ata, por mim, José Andrade Costa, lavrada, vai assinada pelos Conselheiros presentes: Jeferson Luis Bittencourt, Alan Gutierri Brasileiro de Sousa, José Lucenildo Parente Pimentel, Júlio Alexandre Menezes da Silva, Ricardo Soriano de Alencar, Romildo Carneiro Rolim e Sérgio Brilhante de Albuquerque Júnior. Declaro que a presente cópia está conforme o original, lavrada no competente livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A., de nº 08, às fls. 82 a 85. Confere: José Andrade Costa, Secretário.